

Fila de espera por benefícios do INSS cresce 33% em 2023 no RS

Fila do INSS cresce 33,15% em 2023

Governo atribui alta no RS à inclusão dos pedidos de benefício por incapacidade. Nos últimos cinco anos, aumento é ainda maior

ANDERSON AIRES
anderson.aires@zerohora.com.br

A fila de pessoas à espera de uma resposta na área de seguridade social fechou o ano passado com alta no Rio Grande do Sul. O total de benefícios pendentes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) cresceu 33,15% em 2023 no Estado. Olhando o período mais alongado, de cinco anos, a elevação é de 44,16%. Os dados são do governo federal e foram obtidos por meio de pedido via Lei de Acesso à Informação (LAI).

A pesquisa pega benefícios como aposentadorias, pensões e outros que não foram detalhados pelo governo. Mudança na coleta de informações, redução de servidores, dificuldade na digitalização de processos e problemas de infraestrutura ajudam a explicar a fila ainda em patamar elevado, segundo especialistas.

Por outro lado, mesmo com a alta no estoque, o levantamento do Executivo apresenta queda no tempo médio de concessão. Ações como flexibilização em atestados para auxílio-doença e mutirões ajudam a explicar esse avanço, segundo o governo.

Em dezembro de 2023, o Estado anotou 59.669 benefícios pendentes no INSS — 14.857 a mais do que o montante observado no mesmo mês de 2022. O total do ano passado também é maior do que o anotado em 2019 (41.391).

O superintendente regional sul do INSS, Alberto Carlos Freitas Alegre, atribui o aumento na fila a uma mudança na contagem dos dados. Segundo o dirigente, em 2022, não entravam na lista anual os pedidos de benefícios por incapacidade (auxílio-doença).

“Somente em 2022, esse tipo de demanda foi responsável pela entrada de 773.879 requerimentos, o que elevaria o número total de benefícios pendentes ano passado de 886.934 para 1.660.813”, explicou Freitas Alegre, usando dados do país como exemplo, em resposta por e-mail.

Contingente

Jane Berwanger, advogada e diretora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), afirma que a manutenção do patamar elevado da fila ocorre em razão da dificuldade de dar vazão aos atendimentos. Existe um intervalo de tempo entre a implementação das ações do governo e o efeito a pleno no escoamento das solicitações, segundo a especialista.

Presidente da Comissão de Seguridade Social da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB/RS), Tiago Kidricki afirma que as ações do governo para enfrentar a fila, como o sistema que dispensa a perícia médica presencial,

ajudaram a dar celeridade às análises. No entanto, problemas no contingente e no método de análise de pedidos ainda ancoram avanço mais robusto, diz ele:

– Deveria aperfeiçoar isso. Eles acreditam muito na questão da inteligência artificial, no robô, mas essa ferramenta está precária ainda. Tem a própria questão da falta de servidores. Isso ainda é um problema sério para o INSS.

Nos primeiros dias do ano, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, disse que a fila do INSS “nunca vai acabar”. O ministro acrescentou que, para 2024, trabalha com a meta de reduzir o tempo de espera para 30 dias.

Queda no tempo de concessão

Mesmo com a fila ainda alta, dados do INSS apontam para queda no tempo médio de concessão. Em janeiro de 2023, a média de espera para resposta era de 77 dias no Rio Grande do Sul. Em dezembro, esse intervalo caiu para 39 dias. No país, a retração foi menos intensa, recuando de 69 para 50 dias.

O superintendente Regional Sul do INSS, Alberto Carlos Freitas Alegre, cita a contratação de novos servidores com atividade

exclusiva para a análise de requerimentos, gestão de análise dos pedidos por faixa, com foco especial nos antigos e mutirões entre os pontos que explicam esse movimento. Além disso, destaca o novo modelo de análise de atestados que dispensa a perícia médica presencial, chamado de Atestmed.

“Foi responsável por um aumento de 26% na concessão de auxílio-doença em 2023 em comparação com o ano anterior”, pontua.



Governo quer reduzir o tempo de espera para 30 dias

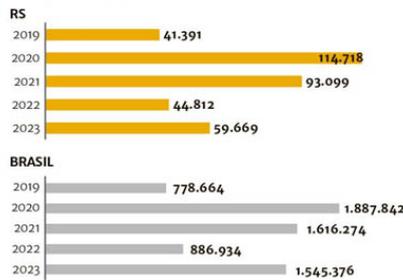
Perfil

- No Estado, a maior parte da fila entra no grupo “Outros”, que não é especificado pelo INSS.
- Na sequência, aposentadorias aparecem com 36,3% dos benefícios pendentes.
- A maior parte da fila (36.629) está aguardando resposta dentro do período de 45 dias. Outros 23.040 estão na espera acima desse período de um mês e meio.
- Segundo o superintendente regional sul do INSS, o conceito de fila atualmente contempla todos os requerimentos iniciais feitos pelo cidadão, incluindo as análises administrativas, que são processos relacionados a aposentadorias, pensões por morte e salário-maternidade, entre outros, além das agendas de perícia médica, atendimentos pós-perícia e benefícios por incapacidade.

No RS e no Brasil

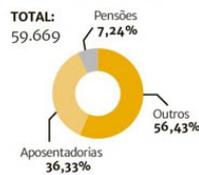
Montante apresentou crescimento nos últimos anos. INSS atribui aumento à inclusão de categoria de benefício nos dados

NÚMERO DE BENEFÍCIOS PENDENTES
Total em dezembro de cada ano

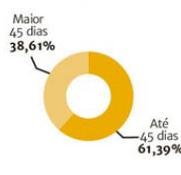


RADIOGRAFIA DO RS

POR TIPO DE BENEFÍCIO EM DEZEMBRO DE 2023



POR TEMPO DE ESPERA EM DEZEMBRO



TEMPO MÉDIO DE CONCESSÃO
Janeiro de 2023: 77 dias
Dezembro de 2023: 39 dias

Obs.: os gráficos não guardam proporção entre si. Fonte: INSS

Espera por resposta

Mesmo com a melhora do intervalo de espera para concessão, algumas pessoas estão distantes dessa média. É o caso do empregado rural José Marcos Graciano, morador de Jaguari, na Região Central. Com auxílio da esposa e de uma advogada, Graciano entrou com pedido de aposentadoria por tempo de contribuição em agosto de 2023. Desde então, não obteve resposta sobre o pleito junto ao INSS.

Hoje, a rotina do casal ganhou novo hábito. A esposa de Graciano, a agricultora Adejane Gomes da Silva, 50 anos, atualiza diariamente o aplicativo do INSS na esperança de ver um retorno positivo sobre o pedido. Além disso, de tempos em tempos procura a advogada para informações. Enquanto ela falava com ZH, o marido trabalhava no campo, em uma localidade afastada, sem sinal de celular.

– É angustiante porque são mais de 40 anos trabalhando. Chega nos 60 e a pessoa quer a aposentadoria. A vida de quem trabalha no campo não é fácil – diz Adejane.

Hoje, uma filha mora com Graciano e Adejane. Outros dois filhos residem em imóveis na propriedade do casal. Além de permitir o descanso do empregado rural, a aposentadoria vai abrir espaço para ele cuidar da saúde em razão de problemas na coluna.